



Prefeitura do Município de Londrina

Estado do Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

18 de janeiro de 2022

ATA DE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação e validação do prognóstico do PMGIRS

Aos 14 dias do mês de dezembro do ano de 2021, às dezenove horas e trinta minutos, no Auditório da PUCPR, Avenida Jockey Club nº 485 - Vila Hípica, Londrina/PR, realizou-se a Audiência Pública de apresentação e validação do Caderno 3 - Planejamento das Ações - do processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS - de Londrina, com transmissão ao vivo e interativa por meio da plataforma virtual Webconf. A audiência foi presidida pela servidora da SEMA Mariza Cleonice Pissinati e teve a participação dos signatários das listas de presença física e virtual anexas. Mariza iniciou dando as boas-vindas a todos os participantes da reunião, agradecendo a PUCPR pela disponibilidade do auditório e dos técnicos de vídeo e som, agradecendo a todos que têm contribuído com a elaboração do Plano, apresentando os componentes do Comitê Diretor de elaboração do PMGIRS que estavam presentes, ressaltando que todos os arquivos e informações referentes ao plano estão disponibilizados na página virtual da SEMA e pedindo aos participantes no formato presencial e no formato virtual para que assinassem as listas de presença. Mariza disse que todas as contribuições são computadas e discutidas pelo Comitê Diretor e que, se for o caso, é feito o contato com o proponente para fins de esclarecimento. Disse também que é mantido um canal aberto para quem quiser procurar o Comitê Diretor e informou as formas de contato. Mariza iniciou a apresentação dos slides, informando a pauta da reunião e os órgãos públicos municipais que compõem o Comitê Diretor. Em seguida, explicou como sendo feita a mobilização social. E-mails e mensagens via WhatsApp foram enviados a: empresas de consultoria ambiental, conselhos municipais, instituições de ensino, cooperativas de reciclagem, empresas prestadoras de serviços ambientais, associações comerciais do município, Câmara Municipal de Londrina, ONG's ambientais, clubes e associações de profissionais, conselhos de classe e órgãos públicos que tratam de resíduos sólidos nos municípios da região de Londrina. A divulgação das audiências e da oficina técnica é veiculada por e-mails, mídias sociais da prefeitura, emissoras de rádio e TV, WhatsApp e página virtual da SEMA. Foram realizadas reuniões técnicas do Comitê Diretor com participação de pessoas que manifestaram interesse, uma audiência pública de apresentação e validação do diagnóstico e ainda haverá esta de hoje e mais uma audiência de entrega do PMGIRS, uma oficina técnica presencial com representantes das cooperativas de reciclagem, uma oficina técnica para a população, além de dois formulários que foram disponibilizados na página virtual do PMGIRS com o objetivo de receber contribuições da população. Mariza disse que, das propostas apresentadas, surgiram as seguintes situações: acatadas na íntegra pelo Comitê Diretor; não acatadas porque o Comitê Diretor definiu em não abordar (por tratar-se de responsabilidades alheias à gestão de resíduos) ou abordar de outra forma; agregadas a propostas já discutidas e elaboradas, dando maior força ao texto; fundidas; divididas; reformuladas para dar maior clareza ao texto e vinculação a outras frases correlatas. Sobre os assuntos trabalhados no Caderno 3, Mariza pontuou: perspectivas para a gestão associada com municípios da região; definição de responsabilidades públicas e privadas; diretrizes, estratégias, metas, programas, projetos e ações para o manejo dos resíduos; atores envolvidos na elaboração e na implantação do PMGIRS; planos de gerenciamento obrigatórios - PGRS, PGRSS e PGRCC; logística reversa; educação ambiental e comunicação; custos operacionais e investimentos; cobrança dos serviços públicos de resíduos; ajustes na legislação; ações para a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa; monitoramento e verificação de resultados da implantação do PMGIRS. Ela disse que o PMGIRS é baseado na economia circular, conforme a Lei Federal nº 12.305/2010, e explicou a diferença entre esta e a economia linear. Para tanto, o planejamento traçou 5 diretrizes, 19 estratégias, 18 metas gerais com

seus indicadores e prazos, 6 programas, 19 projetos e 114 ações. Em seguida, Mariza apresentou as cinco diretrizes, sendo elas: 1. Reestruturar e aprimorar a estrutura operacional, fiscalizatória e gerencial da gestão municipal de resíduos sólidos; 2. Priorizar na gestão dos resíduos sólidos a hierarquia da não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; 3. Promover a sustentabilidade econômico-financeira da gestão municipal de resíduos sólidos; 4. Aprimorar estratégias de comunicação e de sensibilização da população sobre adequado gerenciamento dos resíduos, por meio da Educação Ambiental; 5. Prevenir, minimizar e mitigar impactos ambientais negativos provocados pela destinação inadequada de resíduos sólidos. Mariza apresentou uma matriz de vinculação que foi organizada pelo grupo de pesquisa NINTER/UUEL utilizando as diretrizes e as estratégias elaboradas pelo Comitê Diretor e algumas por eles. Neste momento, Mariza esclareceu que todas as propostas enviadas pelo NINTER foram discutidas pelo Comitê Diretor e que as mesmas foram tratadas como mencionado anteriormente. A seguir foram apresentados os programas e seus respectivos projetos, sendo: 1. Programa de gestão municipal de resíduos sólidos (1a. Projeto de aprimoramento operacional; 1b. Projeto de aprimoramento fiscalizatório; 1c. Projeto de aprimoramento gerencial; 1d. Projeto de aprimoramento de recursos financeiro; 1e. Projeto de gestão de grandes geradores de resíduos sólidos urbanos); 2. Programa de coleta e destinação de resíduos sólidos (2a. Projeto de segregação nos locais de geração e coleta dos resíduos; 2b. Projeto de procedimentos voltados à destinação de resíduos sólidos); 3. Programa Londrina Recicla (3a. Projeto de aprimoramento do sistema municipal de reciclagem; 3b. Projeto de incentivo à formalização da cadeia de reciclagem); 4. Programa de educação ambiental em resíduos sólidos (4a. Projeto Lixo Tour; 4b. Projeto de recebimento de resíduos via campanhas pontuais; 4c. Projeto Composta Londrina; 4d. Projeto de comunicação em resíduos sólidos; 4e. Projeto Consumo Consciente; 4f. Projeto Educação e Sustentabilidade [da Secretaria Municipal de Educação]); 5. Programa de revitalização de áreas impactadas pela destinação inadequada de resíduos sólidos (5a. Projeto de revitalização de área de aterro; 5b. Projeto de revitalização de pontos de disposição irregular de resíduos); 6. Programa de minimização na geração de resíduos sólidos (6a. Projeto de minimização na geração de resíduos nos órgãos públicos municipais; 6b. Projeto de minimização na geração de resíduos pela população). Para cada projeto, Mariza explicou por meio de palavras-chave quais tipos de ações foram elaboradas. Prosseguindo, Mariza informou que o formulário virtual sobre a percepção da população a respeito da gestão municipal de resíduos recebeu 42 respostas, o que não dá o real perfil da população de Londrina, mas que forneceu um parâmetro, tendo como resultado o seguinte perfil: público atento e preocupado com as questões que envolvem o PMGIRS; participantes são de classe socioeconômica média a alta, pelo menos com ensino superior completo, ou seja, pessoas com conhecimento técnico avançado; a maioria dos participantes destina corretamente seus resíduos e tem consciência de onde deve descartar cada tipo de resíduo; têm conhecimento das leis de resíduos sólidos; a maior dificuldade para a destinação está no transporte; acreditam que a gestão municipal de resíduos precisa de melhorias, que os custos são altos e que as taxas do IPTU talvez não cubram todas as despesas. Sobre as emissões de gases de efeito estufa, Mariza disse que Londrina está a frente de muitos municípios brasileiros por ter 2 inventários - de 2013 e 2014 - e que ambos mostram que os resíduos são uma grande fonte de emissão desses gases. Referente à revisão da legislação sobre resíduos, Mariza disse que o momento é oportuno porque o próprio Plano Diretor do município já está providenciando estas revisões. No último tópico, Mariza informou que a verificação dos resultados do PMGIRS, ou seja, seu monitoramento, deverá ser feito por um Órgão Colegiado a ser estabelecido, conforme art. 34 do Decreto Federal nº 7.217/2010, e que este órgão pode ser um grupo ainda a ser criado ou pode ser uma responsabilidade incorporada nas atribuições de algum Conselho Municipal já existente, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente ou o Conselho Municipal de Saneamento Básico. Encerrada a apresentação, Mariza abriu o espaço para perguntas e contribuições dos participantes. Gustavo Marconi, da consultoria Impisa Geoambiental, que estava presente no auditório, tomou a palavra e questionou se o PMGIRS trabalhou dois assuntos: logística reversa e bolsa de resíduos. Mariza respondeu que a logística reversa foi bastante trabalhada no PMGIRS, mas que sobre a bolsa de resíduos ela soube de uma pessoa que tentou montar há anos atrás em Londrina, sem sucesso, e que no PMGIRS o assunto não foi discutido. No modo virtual, o professor Claudio Pereira, do grupo NINTER/UUEL, escreveu: "Boa noite. O NINTER tem ainda 6 pontos que gostaria de discutir, e que a princípio não foram incluídos no plano". Depois continuou: "O 1º ponto é relativo à geração de energia a partir dos rejeitos, vou por o texto aqui. A Estratégia 12 apresentada na página 2 do Caderno 3 foi descrita como: "Criar mecanismos para atrair e apoiar investidores dos segmentos de recuperação e de transformação de

resíduos, bem como de geração de energia a partir dos rejeitos." É importante ressaltar que ela precisa ser reescrita, substituindo a palavra rejeito por gases. Conforme apregoa a PNRS, a geração de energia por meio da queima de rejeitos deve ser a última opção. Antes dela é preciso pensar e comprometer-se com um sistema de coleta seletiva municipal aprimorado e mais eficiente, isto é, elevar substancialmente o percentual de resíduos inseridos numa perspectiva de economia circular. Além disso, na página 8 do Caderno 3 é informado que é preciso fortalecer importantes ações antes da real execução, o que reitera a necessidade de nova redação da Estratégia 12. Portanto, deve-se abolir a possibilidade de aproveitamento energético dos materiais recicláveis, sendo que o aproveitamento energético dos orgânicos e rejeitos deve ser aventado após análise dos riscos ambientais". Acrescenta ainda: "Aliás, primeiramente agradecemos a oportunidade de poder contribuir nesse plano. Obrigado!" Mariza agradeceu a contribuição e respondeu que sempre a reciclagem e as cooperativas são a prioridade no PMGIRS e que os rejeitos aqui tratados são a parcela hoje destinada aos aterros por não ter uma forma de recuperação. Professor Claudio escreveu: "Nós temos 6 pontos, então iremos enviar para vocês um documento bem sucinto com os demais pontos". Mariza respondeu: "ok". Professor Claudio escreveu: "Um segundo ponto seria sobre incentivo aos condomínios porque Londrina é uma cidade verticalizada". Enquanto aguardava a complementação do professor, Mariza informou aos ouvintes que novas contribuições serão aceitas só até a próxima segunda-feira, pois na terça o PMGIRS deve estar completo, inclusive com os anexos, para ser protocolado na Câmara Municipal de Londrina, que irá entrar em recesso de suas atividades. Acrescentou que na tramitação do projeto na Câmara, no próximo ano, possivelmente haverá novas discussões sobre o PMGIRS e muitas coisas ainda poderão ser revistas. Professor Claudio então escreveu: "A proposta dos docentes do NINTER seria de 'Elaborar legislação para criação de incentivos no IPTU para condomínios residenciais que adotarem coleta multisseletiva dos resíduos e a destinação adequada dos materiais para as cooperativas e canais formais de logística reversa". Mariza argumentou que a ideia foi abordada no PMGIRS. Professor Claudio continuou: "Em 2019 o município possuía 2.246 edifícios residenciais e 338 condomínios horizontais (Prefeitura Municipal de Londrina [PML], 2019). Segundo dados do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná é a 6ª cidade brasileira em número de edifícios acima de 12 andares e a 12ª no mundo na relação prédio por habitantes". Mariza respondeu que realmente temos muitos condomínios residenciais e também comerciais, que inclusive são mais complexos porque podem possuir grandes e pequenos geradores. Professor Claudio continuou: "Por isso sugerimos a ênfase nesses tipos de moradias". Mariza concordou e enfatizou que a UEL já faz um trabalho interessante de gestão de resíduos em um condomínio piloto da cidade e que a prefeitura pode se pautar neste caso na busca de soluções e que, portanto, estamos considerando sim essa ideia. Professor Claudio escreveu: "Um terceiro ponto é sobre a geração de energia a partir de rejeitos". Sobre os dados dos condomínios verticais, Tadeu Felismino, presidente do IPPUL, escreveu no chat: "Ótimos dados, Claudio". Mariza aproveitou para agradecer a participação do presidente e continuou lendo a contribuição do Professor Claudio, que na verdade repetiu uma questão anterior por engano e em seguida pediu desculpas. Mariza aproveitou para perguntar se alguém do Comitê Diretor gostaria de colocar algo. Roney Morato, servidor da CMTU, tomou a palavra e iniciou agradecendo as colocações do Professor Claudio e do grupo NINTER. Depois esclareceu que na visão do Comitê Diretor, como também da equipe da CMTU que trabalha no setor de coleta seletiva, os incentivos lançados no IPTU para os condomínios que implantarem as centrais de separação seriam viáveis, mas que o desconto no IPTU para os condomínios que destinam seu recicláveis para as cooperativas pode não ser viável porque o poder público não possui uma forma de controle de todas as entregas ao longo do ano e que a questão orçamentária do desconto também deveria ser pensada para não pesar nos cofres públicos. Mariza agradeceu a participação do Roney e voltou a ler as contribuições do Professor Claudio, que escreveu: "O incentivo às centrais multisseletivas e a maior aproximação com as cooperativas seria sim um bom caminho. É nesse sentido que propusemos. Criar um maior vínculo social, solidário e empático entre os condôminos e cooperados nos parece algo pertinente". Mariza respondeu que isso se pretende fazer por meio da comunicação e da sensibilização. Acrescentou ainda que as propostas de ideias seriam ainda melhores se acompanhadas de metodologias. Felipe Coimbra, da UEL, escreveu: "Faltou ler o terceiro ponto!". Mariza então leu o terceiro ponto: "A proposta dos docentes de instituir um comitê municipal multistakeholder de gestão da coleta seletiva, vinculada ao Programa Londrina Recicla, não foi inserida pelo Comitê Diretivo no Caderno 3. Tal ação tem o propósito de possibilitar uma democracia representativa e deliberativa na gestão da coleta seletiva, trazendo mais transparência e legitimidade às decisões. A proposta traz o princípio da participação da

sociedade na gestão da administração pública, conforme disposto no art. 39 da lei 8.666/1993 e, também visa atender o art. 5º do decreto municipal nº 829 de 8 de outubro de 2009 que institui o Comitê Municipal da Coleta Seletiva de Lixo". Mariza disse que o Comitê discutiu esse assunto e pediu se o Roney poderia comentar. Roney tomou a palavra e disse que esse comitê multistakeholder, que seria um grupo para acompanhar e monitorar a implementação das ações do Londrina Recicla já está contemplado parte do PMGIRS que coloca o monitoramento por conselhos ou por um comitê que ainda será criado e que não se justificaria criar um comitê para a coleta seletiva e outro comitê para acompanhar as demais ações do plano. Ele ainda retomou a questão dos condomínios dizendo que a comunicação do poder público e das cooperativas, indo nos condomínios e informando a importância de entregarem os resíduos para as cooperativas e os problemas que são gerados ao entregarem para os catadores informais ou de dar a destinação incorreta, é o caminho para estruturar melhor a entrega deste material às cooperativas. Isto está contemplado em algumas ações do PMGIRS". Posteriormente, Mariza concorda com a fala do Roney e reforça que esse Órgão Colegiado que vai ser criado ou assumido por um Conselho Municipal já existente já supre porque, na sua opinião, criar um comitê para monitorar a coleta seletiva, um comitê para monitorar a logística reversa, um comitê para a compostagem, não há sentido e que fica melhor concentrar todas as pessoas interessadas para agregarem neste Órgão Colegiado. Mariza leu o chat, onde o Professor Claudio Pereira escreveu: "O comitê multistekholder é para fortalecer a participação e transparência do sistema. Grato pelo esclarecimento". Mariza perguntou se haveria mais manifestações e não houve. Então ela reforçou que propostas devem ser enviadas o quanto antes, de preferência até sexta-feira desta semana, pois na segunda-feira já devem estar fechando o PMGIRS como um todo e pede que as propostas sejam o mais claras possível, pois o Comitê Diretor não terá tempo para esclarecer alguma dúvida que possa surgir. Reforçou também que no próximo ano a Câmara possivelmente vai abrir as discussões, pois deverá ser elaborada uma lei robusta, detalhada, que inclua procedimentos e coisas que ainda não existem. Enquanto Mariza falava, o Professor Claudio escreveu: " Até sexta-feira enviaremos esse documento complementar para vocês então". Tadeu Felismino escreveu: "Parabéns pelo trabalho, há muito Londrina necessita e espera esse Plano". Felipe Coimbra escreveu: "Marisa, é possível enviar esses slides por e-mail?". Mariza respondeu ao Felipe que iria enviar os slides. Também no chat, José Roberto Facco escreveu: "Estamos à disposição para contribuir para este assunto importante". Mariza agradeceu. O e-mail e o telefone de contato do Comitê Diretor foram redigidos no chat e Mariza os leu, reforçando a comunicação. O Professor Caio Rodrigues, do grupo NINTER/UJEL, escreveu: "O grupo NINTER tem um projeto piloto dessa central de coleta multisseletiva. Podemos apresentá-lo em um momento oportuno". Mariza respondeu que já tinha mencionado esse piloto antes e que é muito legal. Professor Claudio Pereira escreveu: "Por último, temos ainda a questão do vidro. A partir de outras experiências em outras cidades percebemos que é possível a segregação desse material". Mariza respondeu que sim, em cidades pequenas; não do porte de Londrina. E questionou que, se hoje um caminhão for coletar vidro de porta em porta, em quantos portas haverá vidro disponibilizado? Vale pensar no custo de um caminhão passando em todas as portas. É um custo muito elevado para pouco material e cujo valor hoje agregado para comercialização é médio a baixo. Por isso, considerou-se inviável. Mas que ideias para aprimorar a coleta seletiva e uma forma diferenciada para coletar o vidro são bem-vindas. José Roberto Facco escreveu: "Por gentileza, onde podemos acessar esse material". Professor Claudio acrescentou: "Vidro já vem sendo coletado de forma segregada em várias cidades brasileiras, a exemplo de Florianópolis e Cuiabá". Mariza respondeu que não viu o caso de Cuiabá, mas viu o de Florianópolis, onde a coleta é um projeto piloto em bairros e não na cidade inteira, e reforçou novamente que tudo isso pode ser conversado no próximo ano, inclusive com os maiores interessados, que são as cooperativas de reciclagem. Em resposta à pergunta do José Roberto Facco, Tadeu Felismino escreveu o endereço eletrônico da página do PMGIRS. Mariza e José Roberto agradeceram. Mais uma vez, Mariza pediu a todos que assinassem a lista de presença e pediu se mais alguém gostaria de se pronunciar. Comentou novamente que pode enviar os slides por e-mail, como fez com a Oficina Técnica, mas que o vídeo desta audiência ficará disponível na página da SEMA do Youtube e os slides poderão ser vistos por este meio. Professor Claudio Pereira escreveu: "Agradecemos a oportunidade, e enviaremos o documento complementar até sexta. Obrigada a todos, estamos à disposição, inclusive para apresentar o piloto da central multisseletiva. e também o sistema de revalorização de resíduos têxteis que estamos pilotando com uma cooperativa". Mariza agradeceu e disse que esse dos resíduos têxteis é um sonho desejado; que há uma empresa que trabalha com esse tipo de resíduo, mas que não consegue atender a cidade inteira. José Roberto Facco escreveu: "Parabéns pela oportunidade de abordagem deste assunto".

Professor Claudio Pereira complementou: "Banco de Resíduos Têxteis - BRT. Obrigado gente". Mariza agradeceu a todos os participantes e àqueles que estarão assistindo ao vídeo posteriormente, colocou o Comitê Diretor à disposição para esclarecimentos e comentários. Nada mais havendo a tratar, Mariza Pissinati deu por encerrada a reunião, às vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, eu, Mariza Pissinati, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Cleonice Pissinati, Gerente de Educação Ambiental**, em 21/01/2022, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Morita, Contador(a)**, em 27/01/2022, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina da Silva Borba, Professor(a)**, em 28/01/2022, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Roney Felipe Moratto, Coordenador(a) Coleta Seletiva**, em 28/01/2022, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tunouti, Diretor(a) de Edificações Públicas**, em 28/01/2022, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Naoto Shimizu, Diretor(a) de Projetos**, em 31/01/2022, às 00:03, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Domingues Pereira, Diretor(a) de Trânsito e Sistema Viário**, em 31/01/2022, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Aparecido Ferreira, Gerente de Controle de Resíduos**, em 31/01/2022, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelina Zequim Neves, Servidor(a)**, em 01/02/2022, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7038939** e o código CRC **ED02EA89**.